



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
Rua João Batista Parra 575 - Bairro Praia do Suá - CEP 29052-123 - Vitória - ES

TERMO DE REFERÊNCIA (TIC) Nº 1/2023 - DEFINITIVO FINAL - TRE-ES/PRE/DG/STI/CSGIT/SAGGI

(este documento deve seguir as orientações da Resolução TRE/ES nº 261/2018)

SUMÁRIO

1. Caracterização do Objeto.
2. Fundamentação da Contratação.
3. Estratégia da Contratação.
4. Definição das Responsabilidades do Contratante.
5. Definição das Responsabilidades da Contratada.
6. Modelo de Execução do Contrato.
7. Modelo de Gestão do Contrato.

QUADRO INFORMATIVO

	OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a contratação de serviço para validação e emissão de certificados digitais e eventuais serviços de visitas para emissão dos certificados, contemplando tipos distintos com características específicas conforme descrito neste Termo de Referência.		
	ITENS	QUANTIDADE ESTIMADA*	CATSER
LOTE 1	ITEM 1: Certificado Digital A3, e-CPF, pessoa física, padrão ICP-Brasil, com validade de 3 (três) anos e mídia criptográfica do tipo token.	225	27189
	ITEM 2: Certificado Digital A3, e-CNPJ, pessoa jurídica, padrão ICP-Brasil, com validade de 3 (três) anos e mídia criptográfica do tipo token.	2	27197
	ITEM 3: Visitas locais para validação e emissão de certificados.	20	27022
	ITEM 4: Certificado Digital A1, pessoa jurídica, e-CNPJ, para ser instalado em equipamento servidor, padrão ICP-Brasil, com validade de 1 (um) ano.	2	27170

* A quantidade a ser fornecida é estimada e o TRE/ES poderá solicitar, no máximo, a quantidade indicada.

1. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

1.1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de serviço para validação e emissão de certificados digitais e eventuais serviços de visitas para emissão dos certificados, contemplando tipos distintos com características específicas conforme descrito neste Termo de Referência.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO

1. ITEM 1 - Certificado Digital A3, e-CPF, pessoa física, padrão ICP-Brasil, com validade de 3 (três) anos e mídia criptográfica do tipo token. Deve permitir a autenticação segura, usando criptografia e assinatura digital, dos usuários cadastrados em sistemas disponíveis na intranet e na internet. Para este item a regra será a emissão presencial, sendo permitida a emissão remota autorizada pela gestão contratual.
2. ITEM 2 - Certificado Digital A3, e-CNPJ, pessoa jurídica, padrão ICP-Brasil, com validade de 3 (três) anos e mídia criptográfica do tipo token. Deve permitir a autenticação segura, usando criptografia e assinatura digital, dos usuários cadastrados em sistemas disponíveis na intranet e na internet. Para este item a regra será a emissão presencial, sendo permitida a emissão remota autorizada pela gestão contratual.
3. ITEM 3 - Visitas locais para validação e emissão de certificados. Em uma estimativa de até 20 visitas no período de vigência contratual. Este item somente é aplicável quando houver emissão presencial de certificados.
4. ITEM 4 - Certificado Digital A1, pessoa jurídica, e-CNPJ, para ser instalado em equipamento servidor, padrão ICP-Brasil, com validade de 1 (um) ano. Deve permitir que dados a serem gerados possam ser assinados digitalmente em nome da pessoa jurídica do TRE/ES, garantindo a autenticidade e integridade dos dados a serem gerados e transmitidos para a plataforma do e-SOCIAL. Para este item a regra será a emissão remota, sendo permitida a emissão presencial.

1.3. REQUISITOS MÍNIMOS DA CONTRATAÇÃO

1. Para o item 1 (Certificados A3 e-CPF)
 - a) o serviço compreende a emissão de certificados digitais do tipo A3 para **pessoa física**, padrão ICP-Brasil, e-CPF, com prazo de validade de 3 (três) anos;
 - b) os certificados devem permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;
 - c) os certificados deverão estar aderentes ao padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;
 - d) os certificados deverão ser instalados em Mídias Criptográficas do tipo token constantes da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;
 - e) deverá estar englobado o respectivo serviço de autoridade de registro;
 - f) este item compõe um lote com os itens 2 e 3;

g) a emissão será, em regra, presencial, podendo ser realizada remotamente quando autorizada pela gestão do contrato.

2. Para o item 2 (Certificados A3 e-CNPJ)

- a) o serviço compreende a emissão de certificados digitais do tipo A3 para **pessoa jurídica**, e-CNPJ, padrão ICP-Brasil, com prazo de validade de 3 (três) anos;
- b) os certificados devem permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;
- c) os certificados deverão estar aderentes ao padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;
- d) os certificados deverão ser instalados em Mídias Criptográficas do tipo token constantes da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;
- e) deverá estar englobado o respectivo serviço de autoridade de registro;
- f) este item compõe um lote com os itens 1 e 3;

g) a emissão será, em regra, presencial, podendo ser realizada remotamente quando autorizada pela gestão do contrato.

3. Para o item 3 (Visitas locais para emissão presencial)

- a) O serviço de visitação local compreende a realização de visitas técnicas locais com o objetivo de validar e emitir os certificados digitais para os itens 1 e 2;
- b) As visitas locais para emissão dos certificados digitais deverão ser realizadas na sede do Contratante e poderão ser emitidos **um ou mais certificados por visita**;
- c) Deverá ser previsto um máximo de 20 visitas técnicas locais;
- d) O Contratante proverá espaço físico para realização das visitas e o acesso à internet;
- e) A eventual necessidade de utilização de equipamentos e acessórios de informática, necessários à realização de todas as atividades de validação e emissão dos certificados, deverá ser sanada pela Contratada;
- f) As validações deverão ser realizadas das 12h às 19h, em dias úteis. Sendo permitido outro horário, somente mediante a autorização do Contratante;
- g) Na impossibilidade de realização da validação por ausência do Magistrado ou Servidor, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local será considerado como prestado.

4. Para o item 4 (Certificados A1, pessoa jurídica, e-CNPJ)

- a) o serviço compreende a emissão de certificados digitais do tipo A1 para pessoa jurídica, e-CNPJ, padrão ICP-Brasil, com prazo de validade de 1 (um) ano;
- b) os certificados devem permitir acesso ao e-Social;
- c) os certificados deverão estar aderentes ao padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;
- d) os certificados deverão ser instalados em equipamento servidor a ser especificado pelo Contratante;
- e) deverá estar englobado o respectivo serviço de autoridade de registro.

5. Características Gerais

- a) Todos os certificados deverão possuir compatibilidade com os navegadores WEB: Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome;
- b) Todos os certificados deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Windows 10 e versões superiores.
- c) O prazo de garantia de correção e atualização do objeto, motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes ICP-Brasil, será igual ao período de validade do certificado.

1.4. QUANTIFICAÇÃO OU ESTIMATIVA PRÉVIA

1. A Tabela abaixo discrimina os quantitativos máximos previstos

	ITENS	QUANTIDADE ESTIMADA*
LOTE 1**	ITEM 1: Certificado Digital A3, e-CPF, pessoa física, padrão ICP-Brasil, com validade de 3 (três) anos e mídia criptográfica do tipo token.	225 (duzentos e vinte e cinco)
	ITEM 2: Certificado Digital A3, e-CNPJ, pessoa jurídica, padrão ICP-Brasil, com validade de 3 (três) anos e mídia criptográfica do tipo token.	2 (dois)
	ITEM 3: Visitas locais para validação e emissão presencial de certificados.	20 (vinte)
	ITEM 4: Certificado Digital A1, pessoa jurídica, e-CNPJ, para ser instalado em equipamento servidor, padrão ICP-Brasil, com validade de 1 (um) ano.	2 (dois)

* A quantidade a ser fornecida é estimada e o TRE/ES poderá solicitar, no máximo, a quantidade indicada.

** Está previsto 1 lote (itens 1, 2 e 3). A formação do lote é justificada na vinculação da visita com a emissão do certificado e para que haja mais racionalidade econômica e administrativa na contratação.

1.5. ESTIMATIVA DE PREÇO

1. A estimativa para os 4 itens, com base no Despacho SECOM 0922655 é:

ITEM	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR DO ITEM (R\$)
01	201,05	45.236,25
02	348,44	696,88
03	68,32	1.366,40
04	676,09	1.352,18

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E RESULTADOS

1. **Para certificados digitais A3, pessoa física:** A aquisição do certificado e-CPF se justifica pela necessidade de utilização de assinaturas digitais em aplicações essenciais para o Tribunal, como a publicação do Diário Eletrônico, o envio da GFIP e assinaturas de processos judiciais eletrônicos, entre outras. Esse certificado é usado para autenticar a identidade do indivíduo na internet, permitindo a realização segura de transações eletrônicas, como assinatura de documentos e acesso a informações financeiras. Algumas instituições também exigem o certificado e-CPF para procedimentos online. É importante destacar que esses certificados são pessoais e intransferíveis, e devido à movimentação natural no quadro de servidores, incluindo a entrada de novas pessoas e mudanças na ocupação de cargos, é fundamental manter um serviço que possibilite a emissão sob demanda de novos certificados;

2. **Para certificados digitais A3, pessoa jurídica, e-CNPJ:** O certificado e-CNPJ é utilizado para autenticar a identidade de uma empresa na internet, permitindo a realização segura de transações eletrônicas, como a assinatura de documentos eletrônicos e o acesso a informações financeiras, entre outras atividades. Algumas instituições exigem esse certificado para a realização de procedimentos online relacionados à atividade empresarial. O certificado do tipo A3 para pessoa jurídica é emitido para o Presidente do TRE/ES e é fundamental para que ele, ou alguém delegado por ele, acesse sites como o Conectividade Social e conceda procurações. Com essas procurações, os servidores (pessoa física) podem utilizar seus certificados A3 e-CPF para acessar os ambientes necessários. Esse tipo de certificado é imprescindível para a realização da outorga de procuração eletrônica a servidores do TRE/ES no "Conectividade Social – ICP", a fim de permitir o envio mensal obrigatório à Caixa Econômica Federal dos arquivos SEFIP que compõem a GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência). Além disso, o uso desse tipo de certificado é necessário no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP, que permite o registro de penalidades de suspensão ou impedimento de licitar e contratar impostas às empresas, pela via administrativa ou em decorrência de decisões dos juízes eleitorais;

3. **Para certificado Servidor Tipo A1 e-CPNJ:** O certificado Servidor Tipo A1 e-CPNJ é destinado a autenticar a identidade de empresas na internet e permitir a realização de transações eletrônicas seguras. Esse tipo de certificado é projetado especificamente para ser usado em servidores e é altamente recomendado para empresas que precisam proteger informações confidenciais, realizar transações eletrônicas seguras ou estabelecer comunicações seguras com outras empresas ou instituições. O certificado Servidor Tipo A1 é aceito como prova válida de identidade eletrônica pelo governo federal brasileiro. A sua aquisição é justificada pela necessidade de permitir que dados gerados sejam assinados digitalmente em nome da pessoa jurídica do TRE/ES, garantindo a autenticidade e integridade dos dados que serão gerados e transmitidos para a plataforma do e-SOCIAL. A autenticação e a segurança na comunicação entre o usuário e o site são fundamentais para garantir a integridade das informações geradas e transmitidas, o que torna a aquisição deste certificado necessária;

4. **Para contratação de visitas locais:** Com base nas necessidades mencionadas anteriormente, é crucial que os titulares dos certificados recebam seus certificados o mais rapidamente possível. O atendimento local é capaz de agilizar o processo de emissão, reduzindo o tempo de afastamento do servidor de suas atividades. Autoridades, como o Presidente do Tribunal, possuem pouco tempo disponível para realizar deslocamentos somente com o objetivo de emitir certificados. Estima-se que até 10 visitas individuais sejam necessárias para cobrir a maioria das autoridades - Presidente, Corregedor, Magistrados e Diretor Geral - e 10 visitas locais para atender até 23 titulares, cobrindo com folga o total previsto de 225 emissões para pessoas físicas. Com a possibilidade de emissão remota, é razoável e economicamente viável que o Tribunal realize um máximo de 20 previsões de visitas locais. Essas visitas podem ser individuais, para atender autoridades, bem como em lote, para a emissão conjunta de vários certificados e só serão pagas quando efetivamente agendadas pelo gestor contratual. Adicionalmente, emissões remotas de certificados serão autorizadas, conforme orienta a [Instrução Normativa ITI nº 24/2022](#).

5. **Justificativa para o uso de TOKEN USB nos itens 1 e 2:** Existem quatro alternativas para a instalação do certificado digital: (1) instalação "sem mídia" diretamente no computador; (2) instalação com "cartão + leitora"; (3) instalação do "e-CPF na Nuvem"; e (4) utilização do "Token USB".

1. A alternativa "sem mídia" não prospera diante da necessidade de portabilidade e dos riscos relacionados à possibilidade de troca de equipamentos. A troca de um equipamento demandaria atividades adicionais para a transferência do certificado para outra máquina, o que oneraria ainda mais o Tribunal, seja em UST (unidade de serviço técnico), seja no tempo necessário para realizar a transferência, seja, ainda, pela perda de flexibilidade no uso do certificado;

2. A alternativa "cartão + leitora", implica na necessidade de aquisição de leitoras para os usuários do Tribunal, isso, além de onerar ainda mais a instituição, aumenta o risco de descontinuidade, pois passaria a incluir mais um item passível de defeito e manutenção, outro fator que onera o Tribunal;

3. A alternativa "e-CPF na Nuvem" tem alta dependência de recursos externos e de vários fatores que podem dificultar a utilização e aumentar a complexidade, como por exemplo: dependência de uma integração via API que pode não existir em todos os sistemas utilizados pelo Tribunal, dependência de, em alguns casos, de confirmação via celular (iOS ou Android), dependência de uma conexão de internet para acesso do servidor na nuvem que armazena os certificados;

4. A alternativa "Token USB" garante maior portabilidade do certificado, contornando riscos de mal funcionamento de outros periféricos e não onerando a instituição com a aquisição de equipamentos adicionais que aumentariam a complexidade da solução e o custo; garante que o certificado estará disponível, mesmo sem conexão externa e reduz a dependência de softwares adicionais. O uso de "Token USB" reduz a demanda de treinamentos para uso dos certificados, pois é a forma padrão e já conhecida pelos usuários de certificados digitais da instituição. O Tribunal já realiza as aquisições há vários anos, existindo uma quantidade expressiva de empresas no mercado com capacidade de fornecer ao Tribunal. O fornecimento de tokens a partir da Contratada visa garantir de forma antecipada que o dispositivo será compatível com o certificado adquirido, tendo em vista que a compatibilidade deve ser considerada em momento anterior à instalação do certificado;

5. Em resumo, a opção de "Token USB" é a alternativa mais adequada para o Tribunal, já que ela oferece vantagens como maior portabilidade do certificado, disponibilidade mesmo sem conexão externa, redução da dependência de softwares adicionais e redução da demanda de treinamentos para uso dos certificados. Além disso, o Tribunal já tem experiência em realizar aquisições de tokens e existe uma ampla disponibilidade de empresas que podem fornecer o dispositivo. A contratação antecipada de tokens garante a compatibilidade com o certificado adquirido, evitando problemas na instalação. Em resumo, a opção de "Token USB" é a mais segura, eficiente e viável para o Tribunal, em comparação com as outras alternativas.

2.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

1. A aquisição contribuirá para concretizar os seguintes macrodesafios do planejamento estratégico:

- a) M3 - Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional;
- b) OE5 - Promoção da sustentabilidade;
- c) M6 - Aperfeiçoamento da gestão administrativa e governança judiciária.

2.3. REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. Os estudos técnicos realizados encontram-se incluídos no documento SEI nº 0905300.

2.4. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A STIC A SER CONTRATADA

1. **Para certificados digitais A3, pessoa física:** O número previsto de certificados digitais se justifica pela obrigatoriedade de seus usos por parte dos servidores dos cartórios eleitorais, bem como por alguns servidores da sede, e para garantir a disponibilidade de um estoque de reserva em caso de eventual necessidade de substituições;

a) A necessidade de operar o PJE mídias motiva a aquisição de um certificado para cada servidor lotado em cartório eleitoral. Em consulta à Seção de Sistemas Processuais (em 01/02/2023) foi informado que a quantidade de servidores do quadro (EFETIVOS e REMOVIDOS PARA ESTE TRIBUNAL) lotados em cartórios são:

MUNICIPIO	Número de Servidores
INTERIOR	88
VILA VELHA	11
SERRA	10
VITÓRIA	9
CARIACICA	8
Total de servidores em cartório:	126

b) A gestão contratual do atual contrato de fornecimento de certificados digitais apresentou relatório das emissões dos certificados (em 01/02/2023). Analisando os certificados emitidos e a vencer, tem-se a seguinte tabela, que demonstra que até o terceiro trimestre do ano de 2024, um total de 49 certificados vencerão, logo precisarão de substituição no próximo período contratual.

Ano	Trimestre	Certificados a vencer
2023	Trim1	6
	Trim2	10
	Trim3	8
	Trim4	13
2024	Trim1	5
	Trim2	4
	Trim3	3
Total:		49

c. Para cobrir as necessidades de substituições, eventuais afastamentos, remoções e outros eventos imprevisíveis, estima-se que um total de 50 certificados é suficiente. Dessa forma, há uma previsão de emissão de certificados de $126 + 49 + 50 = 225$ certificados.

2. **Para certificados digitais A3, pessoa jurídica, e-CNPJ:** Está previsto que seja emitido um certificado principal e outro adicional, para garantir a proteção e continuidade das transações eletrônicas, mesmo em caso de necessidade de substituição do titular do certificado perante o Tribunal;

3. **Para certificado Servidor Tipo A1 e-CPNJ:** A necessidade de uma renovação anual do certificado decorre de sua validade limitada, mas é importante destacar que uma nova emissão pode ser solicitada em caso de substituição do titular ou quando necessário realizar uma reemissão.

2.5. JUSTIFICATIVA DA STIC ESCOLHIDA

1. Aquisição de certificados, conforme especificado neste Termo de Referência, trata-se de única solução possível que atende aos requisitos do negócio atualmente.

3. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. FORMA DE PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante que ofertar o MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM/LOTE. Não haverá parcelamento do objeto.

3.2. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

1. A modalidade indicada é o Pregão Eletrônico e o tipo de licitação o de menor preço por item/lot, exigindo-se para a habilitação (fonte Despacho SL 0939716):

- 1 – estar inscrito no SICAF, com a documentação obrigatória regularizada;
- 2 – apresentar prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** da sede ou do domicílio da empresa licitante;
- 3 – apresentar prova de regularidade com a Justiça do Trabalho;
- 4 – preencher, no momento do envio da proposta comercial, no sistema Compras.gov, a seguinte declaração:

a) De que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/1993.

- 5 – apresentar qualificação técnica;
- 6 – apresentar qualificação econômico-financeira.

3.3. MARGEM DE PREFERÊNCIA

1. Será assegurada preferência nos termos do disposto no art. 5º do Decreto nº 7.174/10, para fornecedores de bens e serviços de informática.

3.4. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Conforme Informação SEPLAN nº 0940828 , a adequação orçamentária é:

PROGRAMA DE TRABALHO	02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado do Espírito Santo
PLANO ORÇAMENTÁRIO	0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa
NATUREZA DA DESPESA	339040 – Serviços Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ
SUBITEM DA DESPESA	23 - Emissão de certificados digitais
PLANO INTERNO	TIC ARMDAD

3.5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

1. A presente contratação terá vigência de 12 (doze) meses, podendo, de comum acordo entre as partes, ser prorrogado através de termos aditivos, por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada na forma da lei;

3.6. QUALIFICAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. Para o Lote 1, a licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica: Documento(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante executou ou está executando, serviço de emissão de certificados digitais e visitas para validação documental para no mínimo **112 emissões de certificados com mídias criptográficas do tipo token**. Será permitido o somatório de atestados. Ressalta-se que NÃO se trata de **112** visitas técnicas e sim emissões de certificados, pois em uma visita podem ser emitidos mais de um certificado;
2. Para o item 4, a licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica: Documento(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante já emitiu pelo menos um certificado digital do tipo A1 para equipamento;
3. A licitante deverá apresentar certidão negativa de feitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.

4. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

1. Promover, por intermédio do Gestor Contratual, o acompanhamento e a fiscalização do objeto, anotando as falhas detectadas e comunicando formalmente à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta;
2. Acompanhar o cronograma e a emissão dos certificados, quando ocorrerem, identificando e tratando os desvios;
3. Enviar e-mail com a relação contendo nome e CPF dos servidores que solicitarão o certificado e/ou dos equipamentos a serem certificados;
4. Atestar os relatórios de certificados emitidos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
5. Notificar a Contratada no prazo de até 2 (dois) dias úteis, no caso de haver algum problema com o certificado emitido, para que providencie a devida correção;
6. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas em contrato.

5. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

GERAIS

1. Executar fielmente o Contrato, de acordo com as cláusulas avençadas. A ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização do TRE/ES não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto à execução dos serviços;
2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões legalmente previstas do valor inicial atualizado do contrato;
4. Comunicar ao Contratante qualquer ocorrência que venha a interferir na execução dos serviços;
5. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Contratante, cujas reclamações, quando de responsabilidade da Contratada, se obriga a atender prontamente;
6. Respeitar, durante a execução dos serviços, todas as leis, normas e posturas Federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes;
7. A Contratada não deverá se valer do contrato a ser celebrado para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do TRE/ES;
8. Proibir a veiculação de publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Contratante;
9. Durante a fase da execução do serviço a interrupção na prestação do serviço, em desacordo com o contrato, sujeita a Contratada às penalidades previstas neste termo, salvo por motivo formalmente encaminhado ao Contratante, justificado e aceito por esta;
10. A Contratada deverá providenciar toda a infraestrutura necessária para a emissão dos certificados;

DE NATUREZA TRABALHISTA

11. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, de previdência social e normas regulamentadoras da Medicina e segurança do trabalho;

DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

13. Manter atualizado os documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis;
14. Comprovar a origem dos bens importados oferecidos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes;

DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

15. Disponibilizar uma Central de Atendimento, colocando à disposição do Contratante um sistema de suporte para o atendimento em primeiro nível a seus produtos e serviços, disponível das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, em dias úteis, podendo o acionamento ser feito por telefone, site Web, correio eletrônico;
16. Atender às solicitações do Contratante, por intermédio de funcionários ou técnicos por ele credenciados, relacionados com a execução dos serviços;
17. Atender às solicitações do TRE/ES, de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativo e cronogramas físicos que venham a ser estabelecidos, ou quaisquer outras solicitações inerentes ao objeto do contrato;
18. Disponibilizar acesso ao site da Contratada, que permita realizar o download de certificados e a recuperação de documentação da Contratada, acerca dos produtos fornecidos;
19. Reparar, corrigir, remover e reconstruir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados referentes ao objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
20. A Contratada deverá garantir o prazo de validade conforme o tipo de certificado;
21. A Contratada deverá encaminhar relatório de certificados emitidos para atesto do Contratante, previamente a emissão do documento fiscal;
22. A Contratada deverá apresentar a nota fiscal, juntamente com o relatório de prestação de serviços, contendo a discriminação dos itens faturáveis, seus quantitativos e seus valores unitários, na sede do Contratante;
23. Nas visitas locais, a Contratada deverá comparecer às dependências do Contratante com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência do início das emissões para realizar as configurações necessárias em seus equipamentos;
24. Será de responsabilidade da Contratada a configuração inicial do token criptográfico, mesmo que não seja ela a fornecedora desse dispositivo, incluindo formatação e colhimento da senha de administração diante do emitente do certificado digital;
25. A Contratada deverá providenciar toda a infraestrutura necessária para emissão dos certificados;
26. A Contratada deverá apresentar relação contendo o endereço e horário de funcionamento de seus postos de atendimento vinculados e habilitados a emitir certificados digitais;
27. A emissão de certificados na modalidade remota e em conformidade com os normativos vigentes somente poderá ser realizada com a expressa autorização da gestão contratual do contratante;
28. A Contratada deverá fornecer as mídias criptográficas (tokens) no momento da emissão sob demanda, não se admitindo a entrega em lote único com a quantidade total;
29. No caso de emissão de certificado de forma remota (por videoconferência) e com necessidade de entrega do token, a Contratada deverá enviar a mídia para o endereço fornecido pelo titular na hora da emissão.

5.1. DA CAPACITAÇÃO DO USUÁRIO

1. A Contratada deverá disponibilizar ao usuário, após a emissão/validação do certificado, um manual para instalação e utilização do certificado obrigatoriamente em língua portuguesa brasileira, preferencialmente em formato digital.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**6.1. FIXAÇÃO DAS ROTINAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO RELATIVO AO LOTE (ITENS 1, 2 E 3)**

1. A emissão de cada certificado, em prol dos usuários indicados pelo Contratante, deverá ser realizada em conformidade com os procedimentos usualmente utilizados pela Contratada e em conformidade com as orientações do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI – quanto aos procedimentos e documentação exigida;
2. Os certificados deverão ser emitidos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da validação dos documentos entregues pelo Contratante ou pessoa física que receberá o certificado;
3. Para os casos em que a utilização dos certificados exija o armazenamento em mídias criptográficas (tipo token), a Contratada deverá fornecer tais mídias;
4. Para os certificados digitais A3 e-CPF de pessoas físicas, a Contratada deverá possuir representação fixa na cidade de Vitória/ES, com capacidade para geração do certificado, tendo em vista a necessidade da presença do servidor no momento da emissão do certificado na modalidade presencial que é a regra geral;
5. A emissão dos certificados Tipo A3 e-CPF e e-CNPJ, na modalidade presencial, será realizada no local indicado pelo representante da Contratada, na cidade de Vitória/ES, ou com a realização de visita local solicitada pelo Contratante;
6. A Contratada deverá prever até 20 atendimentos locais com visita na sede do Contratante. Os atendimentos deverão ser agendados previamente;
7. As visitas técnicas para validação e emissão de certificados digitais serão realizadas conforme agendamento de data e horário pelo Contratante, encaminhado junto à Central de Serviços da Contratada, por meio de Ordem de Serviço, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis;
8. O titular do certificado, que não conseguir emitir seu certificado nas dependências do Contratante durante os eventos de emissão, poderá fazê-lo nos postos de atendimento da Contratada ou na modalidade remota, no último caso deverá ser autorizada pela gestão contratual;
9. A Contratada deverá emitir o TERMO DE TESTE DE CERTIFICADO, especificando o titular do certificado, a data da emissão e o teste de funcionamento realizado para validar a correta emissão do certificado (veja ADENDO 01);
10. Caso ocorra a invalidação, revogação em decorrência da comprovada utilização indevida do certificado e mau uso dos hardwares (tokens), se por ventura o usuário quebrar, perder ou molhar a mídia que armazena o certificado, ou ainda no caso do usuário apagar o seu certificado armazenado na mídia, bloqueá-la por esquecimento de senha (PIN e PUK), as despesas de nova emissão de certificado digital será de responsabilidade do Contratante;
11. A Contratada deverá coordenar com a Seção de Gestão de Infraestrutura e Redes (SGIR) do Contratante para garantir que as emissões remotas por videoconferência sejam realizadas de maneira segura e eficiente. Isso incluirá o contato com o setor responsável pela manutenção e segurança da infraestrutura de rede para discutir quaisquer ajustes necessários no firewall. Isso permitirá que as emissões remotas sejam realizadas de forma adequada e com maior rapidez, garantindo a segurança da rede e a eficiência do processo.

6.2. FIXAÇÃO DAS ROTINAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO RELATIVO AO ITEM 4

1. O Contratante enviará a solicitação por e-mail ou meio físico formal;
2. A Contratada terá o prazo de 3 (três) dias úteis para produzir o(s) certificado(s) e disponibilizá-lo(s) para área técnica do Contratante – Coordenadoria de Sistemas Corporativos, Governança e Inovação Tecnológica (CSGIT) do TRE-ES (somente item 4);
3. No momento da emissão do certificado a Contratada deverá realizar o teste de funcionamento do certificado a fim de comprovar a efetiva funcionalidade;
4. A Contratada deverá emitir o TERMO DE TESTE DE CERTIFICADO, especificando o titular do certificado, a data da emissão e o teste de funcionamento realizado para validar a correta emissão do certificado (veja ADENDO 01);
5. As inconformidades que, porventura, sejam detectadas nos certificados poderão ser resolvidas por meio de contato telefônico entre o Contratante e a Contratada, com a possibilidade de geração de novos certificados até que a instalação esteja satisfatória;
6. Pessoal técnico designado pelo Secretário de Tecnologia da Informação deverá emitir o aceite definitivo para o item 4.

6.3. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LEI Nº 13.709/2018)

1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;
2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

6.4. FORMA DE PAGAMENTO

1. O Contratante pagará à Contratada os valores referentes aos certificados efetivamente emitidos até o 20º dia útil após a emissão do documento fiscal, devidamente atestado pelo Gestor do Contrato, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade;
2. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada, pelo gestor do contrato, e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.

6.5. MODELOS DE TERMOS RELATIVOS À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. ADENDO 1: MINUTA DO TERMO DE TESTE DE CERTIFICADO.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. FIXAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

1. Os certificados dos **itens 1 e 2** deverão possibilitar a assinatura digital e autenticação da pessoa física ou jurídica à qual está associada nos sistemas de informática utilizados pelo Contratante;
2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por representantes do Contratante (gestor e fiscal do contrato) especialmente designados para este fim;
3. Compete ao gestor e ao fiscal do contrato dirimir eventuais dúvidas que surgirem no curso de sua execução e de tudo dar ciência à empresa Contratada, para fiel execução contratual durante toda a vigência do contrato;
4. Poderão ser realizados, a critério do Gestor do Contrato, o controle e o acompanhamento da prestação de serviço mediante o uso de mensagens eletrônicas;
5. O certificado do **item 4** deverá ser atestado por pessoal técnico designado pela STI;
6. O recebimento dos certificados ocorrerá da seguinte forma: definitivamente, mediante Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo Contratante, das notas fiscais referentes aos certificados emitidos e do relatório das Atividades Executadas, contendo a lista de titulares que receberam certificado digital do tipo A3, dia e local da emissão, lista de visitas efetuadas, caso exista.

7.2. RETENÇÕES OU GLOSAS

1. Não se aplica à presente contratação.

7.3. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Pelo atraso injustificado na entrega e/ou na substituição do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor do serviço em atraso, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 6% (seis por cento), em cada uma das ocorrências - entrega ou substituição;
2. Como substituição deve ser entendida qualquer correção que se faça necessária no objeto entregue, antes do seu aceite definitivo;
3. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto inexecutado;
4. O atraso superior a 20 (vinte) dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação;
5. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar à Administração;
6. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente;
7. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo);
8. A contagem do prazo estabelecido para contagem do atraso inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto, observado o cronograma de execução dos serviços;
9. No caso de cumulatividade de multa, esta estará limitada a 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida.

ADENDO I – MINUTA DO TERMO DE TESTE DE CERTIFICADO**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

Entidade emissora:	
Tipo de certificado:	
Contratante:	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
Data de emissão:	
Titular do certificado:	Matrícula:
Responsável pela emissão:	CPF:
Descrição do teste realizado:	<descrição do teste realizado>

Por este instrumento, o funcionário abaixo-assinado declara ter realizado um teste de funcionamento com sucesso utilizando o certificado emitido para o titular. O titular assina este termo, confirmando a realização com sucesso do teste de funcionamento do certificado emitido.

Responsável pela emissão:	_____ <Nome> <CPF/ matrícula>
Titular do certificado:	_____ <Nome> <CPF/ matrícula>

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (PORTARIA DG N. 10 - 0904658).

Integrante Demandante: Bueno Borges de Souza (Substituto: Ádamo Batista)

Integrante Técnico: Ádamo Batista (Substituto: Bueno Borges de Souza)

Integrante Administrativo: Marcos Venturott Ferreira (Substituto: Jose Adriani Brunelli Desteffani)

Vitória, 24 de maio de 2023.Documento assinado eletronicamente por **ADAMO BATISTA, Técnico Judiciário**, em 25/05/2023, às 15:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Documento assinado eletronicamente por **MARCOS VENTUROT FERREIRA, Integrante Administrativo**, em 25/05/2023, às 15:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Documento assinado eletronicamente por **BUENO BORGES DE SOUZA, Integrante Demandante**, em 25/05/2023, às 16:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0961178** e o código CRC **77DE72AC**.